

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

2

*Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Sandra Célia Coelho Gomes da Silva
(Organizadores)*



Atena
Editora

Ano 2020

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

2

*Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Sandra Célia Coelho Gomes da Silva
(Organizadores)*



Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Camila Alves de Cremo

Edição de Arte: Luiza Batista

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais. Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Editora Chefe

Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará

Profª Drª. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional

Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ

Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira 2

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Sandra Célia Coelho Gomes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A838 Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira 2 [recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Maria Teresa Ribeiro Pessoa, Sandra Célia Coelho Gomes da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-205-0

DOI 10.22533/at.ed.050202107

1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Pessoa, Maria Teresa Ribeiro. III. Silva, Sandra Célia Coelho Gomes da.

CDD 379.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caríssimos leitores, apresentamos a vocês o volume 2 da Coletânea, “Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira”, uma obra que totaliza 71 artigos e 3 volumes com textos diversos e plurais que discutem a educação a partir de várias perspectivas. Este volume está organizado em dois eixos com 12 artigos cada um, que mostram a conjuntura de investigações que foram desenvolvidas em vários contextos do Brasil, expandindo assim, a reflexão filosófica e o pensamento científico a partir da perspectiva educacional.

A Educação brasileira no cenário atual parece seguir sem perspectivas de avanços, haja vista a falta de políticas públicas educacionais que dialoguem com um Brasil de muitas dimensões e diversidades. Esse cenário, clama pela valorização da educação e dos seus atores, e de um alargamento de diálogos entre o sistema político, universidades e outros organismos vinculados à educação. Diante o exposto, inferimos que: trabalhos como esses apresentados no volume 2 desta Coletânea, mostram o potencial científico e de intervenção social que advém das investigações desenvolvidas nos liames da educação.

Nessa direção, o volume 2 da Coletânea, estabelece uma teia dialógica que perpassa pela educação, promovendo a integração de termos que direcionam o pensar e a reflexão científica rumo aos contextos - histórico, político, cultural e social -, dos quais pontuamos: aprendizagem, currículo, democratização, desenvolvimento profissional, desigualdade, direitos humanos, educação, ensino, formação de professores, gestão, história, política, entre outros. Com isso, desejamos a vocês uma boa leitura e boas reflexões.

Marcelo Máximo Purificação

Maria Teresa Ribeiro Pessoa

Sandra Célia Coelho Gomes da Silva

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE I

CAPÍTULO 1	1
DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONSTRUINDO A IDENTIDADE E ROMPENDO O PRECONCEITO ATRAVÉS DA LUDICIDADE	
Jozaene Maximiano Figueira Alves Faria Fernanda Pereira da Silva Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.0502021071	
CAPÍTULO 2	6
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E A BNCC	
Reginaldo Aparecido de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0502021072	
CAPÍTULO 3	19
EDUCAÇÃO SEXUAL E ESTUDO DE ESTATÍSTICA COMO MEIOS DE EMPODERAMENTO FEMININO	
Polyana Perosa Mirella Aguiar da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0502021073	
CAPÍTULO 4	25
ENSINO DE SOCIOLOGIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A SENSIBILIZAÇÃO SOCIOLÓGICA: UMA EXPERIÊNCIA COM ESTÁGIO CURRICULAR NAS ESCOLAS PÚBLICA ESTADUAIS NO SUDOESTE BAIANO	
Valdívia Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.0502021074	
CAPÍTULO 5	38
ENSINO PROFISSIONAL SIGNIFICATIVO: A METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS COMO DIFERENCIAL	
Gerson dos Santos Neto	
DOI 10.22533/at.ed.0502021075	
CAPÍTULO 6	64
ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL DESPROVIDA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL, É POSSÍVEL?	
Jonatan Pereira da Silva Rilva José Pereira Uchôa Cavalcanti José Santos Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.0502021076	
CAPÍTULO 7	78
ESTILOS DE APRENDIZAGEM E DIFERENÇAS INDIVIDUAIS EM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO: O CASO DE UM INSTITUTO FEDERAL BRASILEIRO	
Cicero Eduardo de Sousa Walter Paulo Jordão de Oliveira Cerqueira Fortes Rafael Ângelo dos Santos Leite Polyana Carvalho Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.0502021077	

CAPÍTULO 8	93
FORMAÇÃO DE EDUCADORES E OS DESAFIOS DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA CONTEMPORANEIDADE	
Benjamim Machado de Oliveira Neto	
DOI 10.22533/at.ed.0502021078	
CAPÍTULO 9	103
FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO EMOCIONAL	
Talita Aparecida de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0502021079	
CAPÍTULO 10	116
FORMANDO PARA A DOCÊNCIA: UM PROCESSO DE INVESTIMENTO NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO	
Joseanne Zingleara Soares Marinho	
Isadora Ribeiro Ibiapina	
DOI 10.22533/at.ed.05020210710	
CAPÍTULO 11	128
GESTÃO DEMOCRÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM OLHAR SOBRE A PROPOSTA PEDAGÓGICA DA ESCOLA FERNANDO RODRIGUES DO CARMO EM SANTANA-AP	
Elivaldo Serrão Custódio	
DOI 10.22533/at.ed.05020210711	
CAPÍTULO 12	143
GESTÃO EMPREENDEDORA COMO FONTE DE VANTAGEM COMPETITIVA: UM OLHAR SOBRE O GRUPO SCC	
Inara Antunes Vieira Willerding	
Roberto Rogério do Amaral	
Édis Mafra Lapolli	
DOI 10.22533/at.ed.05020210712	
EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE II	
CAPÍTULO 13	156
GESTÃO ESCOLAR E OS DESAFIOS FRENTE A IMPLEMENTAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROVA BRASIL	
Wanessa Vieira Modesto	
Ana Kely Martins da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.05020210713	
CAPÍTULO 14	172
INFORMÁTICA BÁSICA NA ESCOLA: UMA EXPERIÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Claudemir Cosme da Silva	
Renata Makelly Tomaz do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.05020210714	
CAPÍTULO 15	181
JOÃO ALFREDO E A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO BRASIL IMPERIAL	
Cíntia Farias	
Alberto Damasceno	
Suellem Pantoja	
Viviane Dourado	
DOI 10.22533/at.ed.05020210715	

CAPÍTULO 16 190

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA AS ESCOLAS DO CAMPO

Silvanete Pereira dos Santos
Maria Onilma Moura Fernandes (In memoriam)
Sheila de Fatima Mangoli Rocha
Felipe Aleixo

DOI 10.22533/at.ed.05020210716

CAPÍTULO 17 204

MÁQUINA DE ONDAS ESTACIONÁRIAS DE DUAS FONTES

Guilherme Tavares Tel
Gabriel Felipe de Souza Gomes
Gabriel Tolardo Colombo
Luana Gonçalves
Paulo Vitor Altoé Brandão
Marcos Cesar Danhoni Neves

DOI 10.22533/at.ed.05020210717

CAPÍTULO 18 211

O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE NUMA PERSPECTIVA AUTOBIOGRÁFICA

Tuany Inoue Pontalti Ramos

DOI 10.22533/at.ed.05020210718

CAPÍTULO 19 220

O HERÓI DOCENTE: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Roseli Vieira Pires
Kátia Barbosa Macêdo
Anna Flávia Ferreira Borges

DOI 10.22533/at.ed.05020210719

CAPÍTULO 20 234

O OLHAR ACADÊMICO/PIBIDIANO SOBRE AS PRÁTICAS AVALIATIVAS NO ENSINO SUPERIOR

Arnóbio Rodrigues de Sousa Júnior
Antonio Avelar Macedo Neri
Maria das Dores Alexandre Maia
Mayara Barros Bezerra
Oscar Soares de Araújo Júnior

DOI 10.22533/at.ed.05020210720

CAPÍTULO 21 245

O PAPEL ARTICULADOR DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO SERVIÇO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO

Selma Marquette Molina
João Clemente de Souza Neto

DOI 10.22533/at.ed.05020210721

CAPÍTULO 22 257

O PAPEL DO APEGO NO PROCESSO DE INSERIMENTO DA CRIANÇA NA CRECHE

Nathália Ferraz Freitas
Sorrana Penha Paz Landim
Cinthia Magda Fernandes Ariosi

DOI 10.22533/at.ed.05020210722

CAPÍTULO 23 266

O PÁTIO ESCOLAR E OS TERRITÓRIOS EDUCATIVOS: PROJETOS EDUCACIONAIS DESENVOLVIDOS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DA REDE PÚBLICA DE ENSINO – CAICÓ/RN

Aline Kelly Araújo dos Santos

Joseane Alves Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.05020210723

CAPÍTULO 24 274

O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL COMO METODOLOGIA DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR

Lidnei Ventura

Klalter Bez Fontana

Roselaine Ripa

DOI 10.22533/at.ed.05020210724

SOBRE OS ORGANIZADORES..... 285

ÍNDICE REMISSIVO 287

O PAPEL ARTICULADOR DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO SERVIÇO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 09/04/2020

Selma Marquette Molina

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Agência Financiadora: CAPES

São Paulo - SP

<http://lattes.cnpq.br/0738430334173969>

João Clemente de Souza Neto

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof. do Programa de Pós-Graduação em
Educação, Arte e História da Cultura

São Paulo - SP

<http://lattes.cnpq.br/3200985522734291>

RESUMO: Apresentamos neste texto uma reflexão sobre a importância da relação entre o projeto político pedagógico (PPP) e o atendimento no serviço de medidas socioeducativas em meio aberto (SMSE/MA). Como referência teórica discutimos os conceitos de educação social, projeto político pedagógico, pedagogia social e suas práticas, relacionando-os criticamente com as normativas da política pública orientadora da prática no serviço de medidas socioeducativas em meio aberto, numa reflexão que mostrou a importância em se desenvolver o PPP fundado em uma pedagogia da libertação. O processo

analisado apontou que apesar de existir uma política pública que visa assegurar os direitos fundamentais e apresenta a relevância do trabalho intersetorial e interinstitucional no atendimento às demandas dos adolescentes, jovens e suas famílias, o cotidiano revelou o descompasso e a dificuldade de se encontrar uma direção para se concretizar essa política. Nesse sentido, o desenvolvimento do PPP se apresentou como uma alavanca do processo de observação, reflexão, avaliação e ações renovadoras, organizando e orientando o trabalho socioeducativo do SMSE/MA. Para tal, foi basilar a escuta e participação coletiva e em parceria da equipe institucional, dos adolescentes/jovens e de seus familiares. Por fim, o projeto político pedagógico foi ferramenta orientadora e articuladora do diálogo entre o espaço do SMSE/MA e as políticas públicas do sistema de garantia de direitos quando estimulou a contínua busca de conhecimento e aperfeiçoamento dos fazeres da equipe em relação às outras instâncias garantidoras de direitos dos adolescentes e jovens.

PALAVRAS-CHAVE: medida socioeducativa em meio aberto; socioeducação; projeto político pedagógico; pedagogia social.

THE ARTICULATING ROLE OF THE PEDAGOGICAL POLITICAL PROJECT IN THE SERVICE OF SOCIO-EDUCATIONAL MEASURES IN THE OPEN ENVIRONMENT

ABSTRACT: This text presents a reflection of the importance of the relationship between the political pedagogical project (PPP) and the practice of the service of socio-educational measures in an open environment (SMSE / MA). As theoretical references the text discussed the concepts of social education, political pedagogical project, social pedagogy and their practices, relating them critically with the norms of public policy that guides the practice in the service of socio-educational measures in an open environment in a reflection that showed the importance of the development of the PPP based on a pedagogy of liberation. The analyzed process pointed out that although there is a public policy that aims to ensure fundamental rights and presents the relevance of intersectoral and interinstitutional work in meeting the demands of adolescents, young people and their families, the daily life revealed the gap and the difficulty of finding a direction to implement this policy. In this sense, the development of the PPP was presented as a lever in the process of observation, reflection, evaluation and renovating actions, organizing and guiding the socio-educational work of the SMSE / MA. For this to happen, it was fundamental the listening and the collective participation of the adolescents/young people and their families in partnership with the institutional team. Finally, the pedagogical political project was a guiding and articulating tool for the dialogue between the SMSE / MA and the public policies of the guarantee system rights when it stimulated the continuous search for knowledge and improvement of the team's activities in relation to other guaranteeing instances rights of adolescents and young people.

KEYWORDS: socio-educational measures in an open environment; social-education; pedagogical political project; social pedagogy.

1 | INTRODUÇÃO

Neste texto apresentaremos uma discussão teórica fruto de uma pesquisa que nasceu a partir de nossa atuação em um serviço de medidas socioeducativas em meio aberto (SMSE/MA), localizado na cidade de São Paulo, entre os anos de 2012 e 2016, no atendimento a adolescentes em conflito com a lei. Essa atuação levantou inquietações sobre o processo pedagógico que ocorre nesses serviços e como promover, a partir deste, um atendimento que responda às necessidades dos usuários das medidas socioeducativas em meio aberto.

No processo para encontrar respostas a essas inquietações recorreremos ao projeto político pedagógico (PPP) como um instrumental que poderia auxiliar a organizar, orientar e qualificar as ações realizadas no SMSE/MA.

A pesquisa realizada objetivou analisar e problematizar a construção e a implantação do PPP em um SMSE/MA da cidade de São Paulo, mostrando o caminho mediador que trilhamos, com o olhar da pedagogia, pensando e concretizando a educação no âmbito

socioeducativo, portanto, entrelaçada a relações com o sistema judiciário e a assistência social.

Em São Paulo, o SMSE/MA é executado por organizações não governamentais (ONGs) por meio de convênios estabelecidos com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social (SMADS). É referenciado ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), ou na falta deste equipamento na região, ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

O SMSE/MA atende a adolescentes entre doze e dezoito anos incompletos ou excepcionalmente, jovens entre 18 e 21 anos, encaminhados pela Justiça da Infância e da Juventude, para cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e/ou Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), devendo oferecer também orientação às famílias desses adolescentes/jovens.

O objetivo das medidas socioeducativas (BRASIL, 2012) é atuar no sentido de garantir que os direitos fundamentais do adolescente/jovem, estabelecidos por lei (BRASIL, 1990), sejam preservados e, por meio de ações socioeducativas, oportunizar escolhas que afastem o adolescente da situação de conflito com a lei, de modo que continue sua vida em um novo relacionamento com o meio social, assim como conscientizar o adolescente sobre os riscos e consequências do ato infracional que cometeu, promovendo a responsabilização.

Para tal, o SMSE/MA é composto por uma equipe multidisciplinar. Os técnicos que atuam no atendimento aos usuários podem ter graduação em pedagogia, psicologia, direito, ciências sociais e serviço social (SÃO PAULO, 2010), a fim de garantir que os diversos olhares possam abarcar a realidade do contexto no qual o adolescente se desenvolve e traçar ações educativas que o levem a uma nova relação com o meio no qual vive.

Esses profissionais, no cotidiano do serviço, conciliam as demandas das áreas que se entrelaçam no SMSE/MA. Pelo menos três dimensões o perpassam: a pedagógica, a social e a jurídica, o que muitas vezes traz confusão sobre a real intencionalidade da medida, que pelas normativas legais, deveria favorecer a socioeducação. (BRASIL, 1990; 2012; SÃO PAULO, 2016).

Essa foi a inquietação que nos provocou com maior intensidade, já que na lida diária do SMSE/MA, as demandas do judiciário e do CREAS/CRAS, muitas vezes, eram atendidas, descoladas da construção do sentido dessas ações na vida do adolescente e de sua família, o que nos levou à reflexão de que o aspecto educativo da medida ficava em segundo plano.

Ao lado dessa inquietação havia a percepção de que cada educador exercia sua ação pedagógica, descolada de uma proposta em comum que atendesse às necessidades dos adolescentes. Cada qual seguia uma linha de atuação que considerava adequada para cada caso. Havia um norteador que orientasse o fazer dos profissionais de um mesmo serviço? O SMSE/MA responderia aos princípios da socioeducação, auxiliando aos adolescentes e jovens a superação das situações que os levavam a “ser menos”

(FREIRE, 1982, p. 30)?

Na intenção de responder a essas inquietações procuramos pelo PPP do serviço no qual atuamos. Acreditávamos que por meio desse documento que “[...] define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar.” (VASCONCELLOS, 2014, p.111) seria possível compreender as bases norteadoras do atendimento e o plano de ações definindo as mediações relativas aos aspectos pedagógicos, jurídicos e sociais pensado pela equipe de profissionais que ali trabalhavam, contudo, não existia um projeto pedagógico desenvolvido pelos profissionais do serviço.

Havia um PPP criado pela instituição responsável pelo SMSE/MA, ao qual a equipe não teve acesso.

A partir desse momento iniciou-se um processo de sensibilização da equipe de profissionais do SMSE/MA, envolvendo técnicos, administrativo, operacional e coordenação quanto a importância da concretização de um PPP para a fundamentação do trabalho realizado na medida socioeducativa em meio aberto, nos seus aspectos jurídico, social e educativo.

Essa ação possibilitou à equipe citada organizar princípios, objetivos e metodologias que se tornaram claros no exercício de elaboração do PPP, resultando em um trabalho técnico mais eficiente e humanizado.

Frente ao que experienciamos e observando dados de que 117.207 adolescentes brasileiros estavam em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto no ano de 2018, sendo que 40% desses se concentravam na cidade de São Paulo (BRASIL, 2018b) e, em maioria, com direitos fundamentais desrespeitados (SÃO PAULO, 2016), consideramos relevante apresentar o aporte teórico da pesquisa que desenvolvemos, ao buscar compreender a prática socioeducativa desses serviços apresentando o PPP como uma estratégia a ser considerada no favorecimento da reflexão e melhoria da prática educativa realizada nos SMSE/MAs, e como um norteador de ações para orientação e atendimento de adolescentes em conflito com a lei.

2 | MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO E SOCIOEDUCAÇÃO

No convívio com educadores atuantes no serviço de medidas socioeducativas e com trabalhadores dos diversos espaços que atendem a crianças e adolescentes, ouvimos diversos discursos sobre o que essas pessoas compreendiam sobre as medidas socioeducativas em meio aberto e seu público alvo.

Discursos ora assistencialistas, ora punitivos e discursos que iluminavam práticas fundadas em ações pedagógicas que pensavam a relação da pessoa com o meio social que foi colocada a viver.

Acreditamos nesse último discurso, e nele, o sujeito que recebe a ação é uma pessoa em desenvolvimento, sujeito de direitos e deveres (cf. BRASIL, 1990), e, nesse sentido,

revela-se a importância que o atendimento realizado nas medidas socioeducativas pode ter na vida do adolescente e jovem, de forma a ajudá-lo a refletir sobre suas ações e as consequências destas, oportunizando uma nova organização em sua vida, dizendo do olhar que construímos sobre este espaço, que ganha sentido a partir dos estudos de pedagogia social.

Dessa forma, pensamos a pedagogia social, no contexto brasileiro, como uma Teoria Geral da Educação Social (cf. SILVA et al, 2011), teoria essa que reflete sobre a prática de educadores populares, sociais e comunitários, convergindo esses saberes e fazeres no intento maior de que em nossa convivência “[...] as relações sejam essencialmente pedagógicas entre as pessoas em todos os espaços públicos e coletivos e os meios de que elas se utilizam para prover e dar significados à sua existência.” (SOUZA NETO; SILVA; MOURA, 2009, p.10).

Uma pedagogia que tem como norte o pensamento de Paulo Freire, na justa consideração de que ele não se utilizou desse termo, mas atuou no sentido de uma prática pedagógica conscientizadora e libertadora. (SILVA, 2016, p. 189).

Compreendendo que o objetivo dessa prática pedagógica é favorecer a convivência humana a partir de uma reflexão crítica sobre a própria condição de existência do ser, para uma tomada de ação que lhe permita uma outra forma de viver, e melhor, respeitando a diversidade das maneiras de viver e suas expressões culturais, consideramos que a prática educativa que deveria acontecer na medida socioeducativa, em seus princípios e ações, enquadra-se nas práticas da educação social, um dos domínios da pedagogia social. (Cf. SILVA; SOUZA NETO; STELA GRACIANI, 2017).

Auxiliou-nos nesta compreensão a teoria desenvolvida por Vigotski (2003), na qual a educação social seria a única educação possível de dar conta de formar um ser humano que com suas potencialidades contribuísse para o desenvolvimento da sociedade. Cabe à educação auxiliar ao homem na interação com o meio no qual foi chamado a viver, de forma que suas reações às instigações do meio social sejam criativas e úteis para a sociedade em geral. Não de maneira a se conformar com o estabelecido pelas classes dominantes da sociedade, pois então não seria criativa, mas de maneira a “estabelecer novas reações, novas formas de conduta.” (VIGOTSKI, 2003, p.76).

Trata-se de um pensamento pedagógico que tem como objeto a educabilidade social, tal qual os teóricos da pedagogia social brasileira têm pensado.

Contudo, consideramos que para essa educação ser possível é basilar o envolvimento do educador, em sua vida, com a proposta que ela traz, pois como Freire (1997) alerta, para promover a consciência crítica no outro, é primordial que o educador consiga promover em si essa conscientização.

É primordial, para que a socioeducação atinja seus objetivos, que os educadores tenham tempo e espaço para desenvolverem o exercício de ação-reflexão-ação, gerando significados sobre suas práticas. Aos gestores dos SMSE/Mas fica a tarefa de propiciarem

esses encontros, frente a dinâmica de seus cotidianos.

2.1 Algumas reflexões frente à legislação

Entender e acreditar na educação social é um passo para o educador que atua na medida socioeducativa em meio aberto. O outro é compreender as leis e normativas que organizam e conduzem o seu fazer. Outro passo é entrelaçar seus saberes e crenças com essas diretrizes, no atendimento às necessidades dos que atende.

As normativas legais que fundamentam a atividade nas medidas socioeducativas em meio aberto orientam no sentido de uma ação pautada na socioeducação.

Dessa forma, passamos a considerar, a partir da perspectiva da socioeducação, os objetivos declarados para o serviço de medidas socioeducativas em meio aberto.

O ECA (BRASIL, 1990) e o SINASE (BRASIL, 2012) são a base das ações dos SMSE/MAs. Os serviços contam com diretrizes, eixos operativos, normativas, estabelecidos a partir dessas leis.

A proposta para o SINASE, que se consolidou na lei 12.594/2012, elaborada pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), determina que as entidades e programas que executam as medidas socioeducativas atuem com “[...] Prevalência da ação socioeducativa sobre os aspectos meramente sancionatórios [...] haja vista que sua execução está condicionada à garantia de direitos e ao *desenvolvimento de ações educativas* que visem à formação da cidadania.” (BRASIL, 2006a, p. 47, grifo nosso), consonante com a doutrina de proteção integral.

Nesse sentido, a proposta corresponde com o que preceitua o ECA, no que tange às medidas socioeducativas, que segundo a lei, em sua execução considera o disposto nos artigos 99 e 100, que tratam sobre as medidas protetivas, especificando que “Art. 100. Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários”. (BRASIL, 1990).

Sob esse ângulo, as medidas socioeducativas em meio aberto priorizam a vida e a educação do adolescente em respeito à convivência familiar e comunitária, contudo, as próprias leis que a guiam parecem trazer contradições entre si.

Ao lado de todas as considerações apresentadas pelo ECA (BRASIL, 1990) e que deram suporte ao nascimento da proposta do SINASE (BRASIL, 2006a), lemos no texto da lei 12.594/12 que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo que as medidas socioeducativas previstas no ECA têm como objetivo a responsabilização do adolescente frente ao ato infracional cometido, sua integração social e a desaprovação do ato infracional, por meio da aplicação da medida que for considerada a mais justa para o caso.

Há de se questionar a redação da lei mediante os termos ‘responsabilização’, ‘integração social’ e ‘desaprovação’.

O adolescente existe e está se desenvolvendo em um determinado contexto, portanto, está integrado à sociedade. Não cremos que se trate de integração, mas de garantia de direitos. Parece-nos que o texto não penaliza pelo ato infracional, mas penaliza também pela situação social e cultural vivida por este adolescente.

Quanto à responsabilização, é preciso considerar que está sendo aplicada a pessoas em desenvolvimento. Então, como responsabilizar? Frente à realidade de violação de direitos vivenciada pela maioria dos usuários do SMSME/MA acreditamos em educação social como a maneira de colocar o adolescente frente a seu ato, criticamente e com oferta de oportunidades para que tenha a possibilidade de realizar escolhas, que não o crime, para sua vida.

E quanto à desaprovação, o texto é duro, e parece afirmar a importância da judicialização, que se reflete na prática de boa parte dos SMSE/MAs com a preocupação sempre presente de atender às demandas do judiciário mesmo que não condizentes com as reais necessidades do adolescente.

Fazemos essas considerações, para alertar quanto à importância de pensar sobre a prática, na compreensão sobre qual ideologia, qual forma de poder fundamenta essa prática.

É complexo esse entendimento, pois apesar da lei 12.594/12 ser a que regula as medidas socioeducativas, os parâmetros de ação, os eixos normativos das medidas parecem mais próximos dos princípios presentes no ECA.

O SINASE, sem dúvida, representa um avanço para a implementação de uma política pública que assegure os direitos fundamentais à vida do adolescente em conflito com a lei. A reflexão aqui realizada é no sentido de se cuidar que o verbo não traia a ideia, o que na prática faz com que a direção ideológica do texto e suas brechas, tornem-se em fragilidades pela garantia desses direitos, fundamentados na educação, como preconiza o ECA.

Consideramos ainda que o SINASE (BRASIL, 2012), em consonância com o ECA, referenda que os planos de atendimento socioeducativo, obrigatoriamente e em qualquer nível, prevejam ações que envolvam os setores de saúde, educação, cultura, assistência social, trabalho, esportes, de forma a garantir o princípio de atenção integral ao adolescente/jovem, em cumprimento de medida socioeducativa, favorecendo seu desenvolvimento, o que faz do SMSE/MA um espaço intersetorial e interinstitucional. (SÃO PAULO, 2016, p.26).

No entanto, no dia-a-dia da medida, não raro, ao contatar outros profissionais, integrantes do sistema de garantia de direitos à criança e ao adolescente, percebia-se o desconhecimento quanto às medidas socioeducativas em meio aberto.

Profissionais que resistiam a garantir direitos fundamentais, negando vagas na escola para os que diziam ser “bandidos, que não estão a fim de nada”, No atendimento psicológico e psiquiátrico as mesmas barreiras se levantavam: “Por que atender

prioritariamente esses adolescentes?”. Essa realidade mostra que, apesar das garantias legais, o trabalho intersetorial ainda engatinha, exigindo dos educadores do SMSE/MA que se desdobrem no convencimento de outros companheiros do sistema de garantia de direitos sobre o que podem e devem ofertar aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

Temos que realidade e leis, assim como normativas, não se conversando, confundem os atores que dela se utilizam, enfraquecem e por vezes aniquilam a chance de formulação de uma política pública que venha a ser útil na dimensão que deveria ter.

Que possamos, então, refletir sobre nosso trabalho e sermos atores políticos para uma mudança possível, do nosso pequeno, partindo para voos maiores, certos de que “[...] a grande mudança exige também o esforço contínuo, solidário e paciente das pequenas ações.” (GADOTTI; ROMÃO, 1997, p.40-41).

2.2 PIA, PPP e socioeducação

Dando continuidade às reflexões sobre o SMSE/MA, vamos considerar sobre o documento que baliza as ações pedagógicas na medida socioeducativa em meio aberto, o Plano de Atendimento Individual (PIA), e como sua elaboração, executada com clareza dos objetivos a que se propõe, isto é, do processo educativo que se desenvolve a partir dele, pode resultar em ações socioeducativas.

O PIA é um documento de exigência obrigatória (BRASIL, 2012) a ser elaborado logo que o adolescente chega ao SMSE/MA, a partir da escuta do adolescente e de sua família sobre a situação real de vida na qual se inserem, quais direitos fundamentais à vida foram violados, as possíveis causas do ato infracional, os sonhos e as perspectivas futuras do adolescente/jovem.

Uma importante característica do PIA é “Focar a *socioeducação* por meio da construção de novos projetos pactuados com os adolescentes e famílias.” (BRASIL, 2013a, p.08, grifo nosso).

No entanto, esse documento precisa ser elaborado em até quinze dias após a chegada do adolescente ao SMSE/MA (BRASIL, 2012), sendo que o atendimento é semanal.

Nesse contexto, é fundamental o acompanhamento e a revisão das ações inicialmente estabelecidas junto ao adolescente e sua família, já que quinze dias, ou seja, duas conversas com o adolescente e, com sorte, com sua família, dificilmente mostram a realidade vivida por eles, o que faz com que o PIA, documento pensado na intenção de possibilitar a reflexão e novas intenções de vida, muitas vezes seja redigido em busca de satisfazer as determinações judiciais em desconexão com a realidade possível do adolescente, enfatizando na medida o caráter sancionatório e não de libertação.

Para que atenda ao que foi proposto é fundamental que o PIA seja elaborado com olhar multidisciplinar, focando a socioeducação, para que atenda as demandas e

sonhos do adolescente, e os objetivos propostos pelo ECA para as medidas em meio aberto, salientando que “Os objetivos do nosso trabalho devem ser expressos através das qualidades reais das pessoas educadas sob nossa orientação pedagógica.” (MAKARENKO, 2010, p.47).

Nesse sentido, o projeto político pedagógico está em estreita relação com o desenvolvimento do PIA. Em um SMSE/MA no qual os princípios, objetivos e resultados esperados não estejam claros, no qual o PPP não tenha sido construído pelos que tocam o atendimento socioeducativo assim como sem ouvir os adolescentes/jovens e suas famílias, dificilmente serão traçadas ações que favoreçam o aspecto educativo da medida. Uma perspectiva a ser conquistada.

3 | POR QUE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO?

Na educação, o projeto político pedagógico, teoricamente, é considerado o documento basilar das atividades educativas por apresentar as concepções da equipe envolvida no ato educativo, a realidade da qual partem, os desafios que desejam enfrentar para melhoria da educação, quais ações vão tomar para isso e que parâmetros utilizarão para avaliar se atingiram suas proposições. É um processo contínuo de reflexão sobre a ação, que se renova por processos avaliativos, exigindo a participação de todo o coletivo envolvido na ação educativa, portanto, conta com os educandos e seus responsáveis.

Trata-se de um processo, que a todo momento está em avaliação, o que permite alterações em qualquer de seus aspectos, e, nesse sentido, o PPP apresenta uma característica que vai de encontro à dinâmica vivida no SMSE/MA, pois esse serviço apresenta contínua rotatividade, tanto quanto aos profissionais, quanto ao grupo de adolescentes que atende. E o PPP favorece que a equipe possa alterar posicionamentos filosóficos, prazos e ações, frente a uma necessidade colocada.

Outra característica essencial do PPP é sua dimensão política. O PPP traz a oportunidade de se realizar um trabalho pedagógico com clara diretriz política, por exigir que se tome uma posição. Não é só estar presente, é se fazer presente, colocar-se, conhecer para lutar por direitos.

Importa que as pessoas envolvidas com o fazer socioeducativo posicionem-se politicamente para o exercício da educação social. Organizando-se em seus cotidianos, no micro, fortalecendo-se para que suas ações possam instituir novidades no macro.

Mas, será que o PPP manteria sua importância e possibilidade de organização e reflexão na prática socioeducativa?

No caminho das respostas, a primeira descoberta foi a de que o PPP é obrigatório na medida socioeducativa em meio aberto (BRASIL,2006a), e como nas escolas, é, no geral, redigido sem a participação do coletivo ao qual se destina. Muitos profissionais que atuam no SMSE/MA desconhecem esse documento. Contudo, sua importância é destacada nas

normativas e exigências legais para as medidas socioeducativas. (BRASIL, 2006a; 2006b; 2014; SÃO PAULO, 2012).

A organização que mantém o SMSE/MA tem como obrigatoriedade apresentar seu projeto e plano de trabalho (BRASIL, 2014), mas ao se implantar o serviço surge a importância de se pensar sobre o que os educadores que atendem face a face os educandos pensam sobre o fazer educativo e como o desenvolvem. Daí a consideração de que cada serviço desenvolva seu próprio PPP, organizando, refletindo e reorganizando fazeres e saberes a partir das experiências próprias de cada núcleo educativo.

Acreditamos fundamentalmente na concepção de que o PPP seja um instrumento de elaboração coletiva, para um trabalho coletivo, que se volte para a coletividade, o que auxiliaria a sanar uma das maiores fragilidades dos serviços de medidas socioeducativas em meio aberto, que costumam traçar suas ações segundo as demandas trazidas pelo sistema judiciário, pelo Ministério Público, pelo CRAS/CREAS de referência, desconsiderando muitas vezes as vozes dos educadores sociais, do público atendido e das demandas e potencialidades existentes nos territórios de moradia.

Mais do que resultados, o processo experimentado pelo adolescente no SMSE/MA mostra sua possibilidade educativa. Considerando o PIA como o instrumento que guia as ações educativas junto ao adolescente, apresenta-se a necessidade de que sua proposição e acompanhamento estejam alinhados aos propósitos declarados no PPP elaborado pela equipe do SMSE/MA. Para tal, parece essencial que a equipe compreenda as dimensões de seu fazer e a finalidade a que se propõe, com foco na socioeducação.

4 | CONCLUSÃO

Pensar a socioeducação com foco na educação do ser humano para que desenvolva melhor qualidade de vida no contexto em que vive, possibilitando oportunidades de escolhas, nos levou a entender a socioeducação como base de uma política pública a ser desenvolvida e aperfeiçoada no sentido de evitar situações de privação de direitos, de sofrimento humano.

Nesse sentido, parece relevante buscar formas de organizar essa socioeducação e, o projeto político pedagógico, como fundamentado nesta pesquisa, pode ser um orientador a ser considerado.

Para que possa cumprir com seu objetivo de planejar, observar, avaliar, refletir e buscar novas e melhores possibilidades de ação socioeducativa, o PPP precisa ser alimentado e pensado pelo coletivo em uma prática que permita emergir o sujeito histórico, não manipulado e construtor de seu caminho.

Essa prática toca a todos que se envolvem no processo de viver a socioeducação no contínuo processo de práxis que o PPP proporciona. Portanto, um processo de desenvolvimento que se mantém aberto, em busca das melhores ações mediadoras.

Descobrir o educativo nas ações realizadas e colocar a educação em igualdade de importância com as exigências jurídicas e sociais é uma necessidade premente no SMSE/MA, e que pode ser impulsionada com o PPP, já que em seu desenvolvimento possibilita a percepção e a articulação entre os setores e instituições presentes na prática socioeducativa deste serviço. Para que isso ocorra é necessário que o gestor do serviço organize o tempo e o espaço, assim como conduza com responsabilidade os encontros, para que os educadores possam realizar estudos e reflexões sobre suas práticas, desenvolvendo criticidade e a possibilidade de elaborarem um PPP que qualifique o atendimento realizado.

Para isso é preciso um profissional qualificado no conhecimento desse instrumental, com postura política socio-histórica-cultural aberta ao coletivo. Nesse sentido, sugerimos que os espaços socioeducativos tenham além de um gestor administrativo, um orientador pedagógico. E juntos atuem, com eficiência, para a sustentação da práxis impulsionada pelo PPP.

É preciso pensar em uma outra forma de ser do serviço de medidas socioeducativas em meio aberto. É fundamental que se permita a alfabetização, a educação de qualidade e a possibilidade da escolha de um emprego que represente dignidade na vida do adolescente. Sem vislumbrar um caminho que permita que sua vida tenha sentido social, satisfaça suas necessidades e de sua família, dificilmente o adolescente se afastará do crime.

Creemos que favorecer no espaço do SMSE/MA que os adolescentes e jovens e seus familiares possam auxiliar com seus saberes e experiências a organização do fazer socioeducativo, em comunhão com os educadores, seja a possibilidade para se efetivar outras ações que tornem realidade que essas pessoas tenham uma vida sem privação de direitos. Nesse sentido, o PPP surge como uma alavanca de ações renovadoras.

Enfatizamos a potencialidade do PPP enquanto um articulador dos diversos setores que se encontram na ação para garantia de direitos no espaço das medidas socioeducativas em meio aberto.

Consideramos de significativa relevância que se desenvolvam pesquisas no sentido de pensar como as políticas públicas possibilitam esse instrumental, permitindo que na prática cotidiana do SMSE/MA se desenvolvam projetos que verdadeiramente considerem o contexto de vida dos adolescentes e suas famílias, os territórios onde se desenvolvem, assim como dialogue com a legislação norteadora desse serviço.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 12.594/2012**. Sinase. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19. jan. 2012.

BRASIL. **Lei 13.019/2014**. Brasília: Senado Federal, 2014.

BRASIL. **Lei nº 8.069/1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1990.

BRASIL. **Relatório da pesquisa nacional das medidas socioeducativas em meio aberto no SUAS**. Brasília: Ministério da Cidadania, 2018b.

BRASIL. **Resolução 113/2006**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/ CONANDA, 2006b.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-SINASE**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/CONANDA, 2006a.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**, ed. 3, São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**, ed. 11, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, J. E. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 2ª ed. SP: Cortez, 1997.

MAKARENKO, A. A perspectiva próxima In: FILONOV, G.N.; BAUER C.; BUFFA E. **Anton Makarenko**. Recife: Editora Massangana, 2010, p.77-80.

SÃO PAULO (Estado). **Caderno de orientações técnicas e metodológicas de medidas socioeducativas (MSE) de liberdade assistida (LA) e prestação de serviço à comunidade (PSC)**. SP: Secretaria de Desenvolvimento Social, 2012.

SÃO PAULO (Município). **Plano decenal de atendimento socioeducativo do município de São Paulo, 2015-2025**. SP: SMADS, 2016.

SÃO PAULO (Município). **Portaria 46/2010/SMADS**. São Paulo. 2010.

SILVA, R. da. Os fundamentos freirianos da pedagogia social em construção no Brasil. **Pedagogia Social: Revista Interuniversitaria**. n. 27. p. 179-198. 2016.

SILVA, R. da et al (orgs) **Pedagogia Social: Contribuições para uma Teoria Geral da Educação Social**. São Paulo: Expressão e Arte, 2011.

SILVA, R. da; SOUZA NETO, J. C.; GRACIANI, M. S. S. (orgs). **Pedagogia Social: a pesquisa em pedagogia social**. SP: Expressão e Arte. 2017.

SOUZA NETO, J.C.; SILVA, R. da ; MOURA, R. (orgs.).**Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte. 2009.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. ed. 24. São Paulo: Libertad Editora. 2014.

VIGOTSKI, L.S. **Psicologia Pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adoção 151, 183

Apego 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265

Aprendizagem 2, 11, 12, 21, 34, 36, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 69, 71, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 95, 97, 98, 99, 100, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 118, 121, 125, 126, 128, 130, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 146, 152, 153, 157, 158, 160, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 170, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 187, 200, 211, 213, 218, 234, 236, 237, 238, 239, 242, 243, 244, 256, 268, 269, 272, 286

C

Currículo 6, 7, 10, 18, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 37, 69, 72, 97, 101, 103, 132, 168, 175, 179, 181, 190, 196, 201, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 264, 265, 285

D

Democratização 11, 118, 124, 136, 142, 163, 164, 239, 274, 275, 276, 277, 278, 280

Desenvolvimento Profissional 211, 212, 214, 215, 218, 219, 285

Desigualdade 20, 21, 98, 100, 103, 104, 107, 111, 199

Direitos Humanos 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 70, 256

Diversidade 1, 2, 3, 4, 5, 13, 19, 68, 88, 97, 98, 100, 138, 153, 193, 249, 283, 284, 285

Docência 24, 37, 38, 41, 50, 93, 94, 109, 116, 117, 120, 122, 124, 125, 164, 191, 195, 196, 197, 201, 202, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 229, 231, 232, 234

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 26, 27, 28, 29, 35, 37, 38, 41, 42, 43, 50, 58, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 84, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 150, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 210, 211, 212, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 240, 241, 244, 245, 246, 249, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 272, 273, 274, 275, 277, 278, 280, 282, 283, 284, 285, 286

Educação do Campo 68, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203

Educação Infantil 1, 2, 3, 4, 5, 13, 15, 133, 195, 199, 218, 258, 260, 261, 264, 268, 274, 275
Educação Integral 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77
Educação Sexual 19, 20, 21, 22
Emoções 65, 103, 104, 107, 108, 109, 111, 114, 115
Empreendedorismo 143, 144, 145, 146, 147, 152, 154, 155
Ensino de Sociologia 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37
Ensino Fundamental 13, 14, 16, 22, 50, 53, 56, 94, 97, 101, 128, 130, 131, 133, 134, 136, 157,
159, 164, 170, 172, 173, 174, 177, 178, 179, 194, 195, 216, 218, 221, 268, 274, 275
Ensino Profissional 38, 43, 44, 59, 62
Ensino Superior 41, 120, 123, 164, 183, 220, 224, 228, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241,
242, 243, 244, 285, 286
Estágio Curricular 25, 33, 35, 116, 123, 125
Estilos de Aprendizagem 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 89
Estudo de Estatística 19, 20
Experimento Didático 204

F

Formação de Educadores 18, 93, 196
Formação de Professores 4, 18, 25, 33, 37, 98, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 179,
187, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 202, 211, 212, 219, 236, 238, 244, 285, 286
Formação Docente 32, 94, 95, 98, 99, 100, 101, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 192, 195,
197, 219, 285

G

Gestão Democrática Participativa 128, 129, 130, 132, 133, 139, 141
Gestão Empreendedora 143, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155
Gestão Escolar 93, 131, 140, 156, 162, 171, 274, 275, 278, 279, 280, 284

H

História 2, 3, 5, 6, 8, 10, 11, 14, 16, 21, 24, 39, 68, 69, 76, 95, 96, 101, 116, 120, 121, 127, 149,
181, 182, 188, 190, 194, 201, 202, 214, 216, 217, 218, 219, 221, 229, 233, 245, 277, 282, 284, 286

I

Império 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 221, 277
Informática Básica 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180
Instrução Pública 181, 182, 183, 184, 185, 221

L

Ludicidade 1

O

Ondas 204, 205, 206, 208, 209, 210

P

Prática Educativa 63, 101, 118, 129, 130, 133, 141, 203, 244, 248, 249, 283

Práticas Avaliativas 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244

Prova Brasil 156, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171

S

Socioeducação 245, 247, 248, 249, 250, 252, 254

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

2



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2020

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

2



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br